

**opinião** / Praça da Liberdade

## Preservar vidas e... a coerência



**Paulo Azevedo**  
Presidente da ANCIA

**O**s números recentemente divulgados pela Comunicação Social sobre a sinistralidade rodoviária na classe de motociclos e ciclomotores demonstram que o número de mortes cresceu de forma assustadora este ano, qualquer que seja o critério de análise.

Apesar do comparativo específico com 2016 poder estar algo desajustado por ter sido um ano de sinistralidade anormalmente baixa nos motociclos (2RM), o comparativo com a média dos anos antecedentes só pode causar alarme na comunidade rodoviária, tal o crescimento do número de mortos.

Mesmo se insistirmos em ver apenas o melhor ano – 2016 – ainda assim o risco de morrer num motociclo, nesse ano, era 4,5 vezes superior ao risco de tal acontecer num automóvel ligeiro (20,9 / 4,5 mortos por 100 000 veículos segurados).

Acredito que o simples bom senso bastaria para se poder concluir que é ilegítimo relativizar o aumento do número de mortes em 2017, com retórica política ancorada em duvidoso conhecimento da estatística.

Aliás, a seriedade do fenómeno da sinistralidade nos motociclos e ciclomotores é uma preocupação de interesse público constantemente invocada pelo Es-

tado português e por quem, em cada momento, o tem representado.

Foi, aliás, a realidade dos números de mortos e feridos, o custo económico e pessoal das perdas incorridas e a necessidade de evitar o descontrolo do fenómeno da sinistralidade nos motociclos e ciclomotores que levaram a Assembleia da República a legislar, tornando obrigatória a inspeção técnica destes veículos.

A iniciativa parlamentar invoca a necessidade de mitigar os riscos de quem conduz esta classe de veículos, sendo óbvio, para além das questões ambientais, que um dos riscos a considerar é o risco técnico, resultante de desconformidades entre a realidade atual do veículo e o standard de quem o fabricou e colocou no mercado.

O interesse público justificativo da lei

era tão intenso e urgente que o Executivo e os reguladores impuseram aos concessionários das inspeções técnicas uma obrigação de investimentos em tecnologia, instalações e formação de técnicos com vista a executar tempestivamente as tarefas previstas.

O investimento total dos centros de inspeção técnica superou os trinta milhões de euros e cumpriu o apertado calendário de execução definido pelo Estado como o adequado à urgência da situação de sinistralidade nos motociclos e ciclomotores.

Inexplicavelmente, depois de tudo preparado e sem que tivesse havido qualquer alteração estrutural nos números fundamentais da sinistralidade nesta classe de viaturas, o Governo tem-se mostrado absolutamente incapaz de

cumprir as suas obrigações de regulamentação, impedindo assim, intencionalmente, o início das inspeções obrigatórias dos motociclos.

A luz do que fomos vendo, ouvindo e lendo sobre as diversas posições políticas nesta matéria, é legítimo pensar que a única razão substantiva para esta situação é a oposição militante e profundamente incoerente de um deputado motoqueiro.

Os centros de inspeção sabem perfeitamente que cabe aos deputados fazer as leis da República, assim como também é sua competência reverter, alterar ou adiar a sua aplicação. Contudo, isso requer um processo legislativo formal, devidamente publicitado e discutido em transparência para a opinião pública.

Só num país menor, a aplicação de uma lei geral, votada por maioria, esbarra no interesse, capricho ou compromisso de oposição de uma pessoa ou grupo de amigos.

E enquanto esse lamentável filme continua a exibir a falta de capacidade do Estado para manter a coerência das suas próprias determinações, no plano da realidade cresce significativamente o número de mortos em acidentes de motociclos e ciclomotores.

Melhor andaria o Estado se fizesse o que tem a fazer para contribuir para a preservação de mais vidas, pois no mesmo passo mostraria a coerência que se espera das instituições.



**O Governo tem-se mostrado absolutamente incapaz de cumprir as suas obrigações de regulamentação, impedindo assim, intencionalmente, o início das inspeções obrigatórias dos motociclos**

## Rui Moreira precipitou-se



**Rui Sá**  
Engenheiro

**A** 17 de abril escrevi, neste espaço, um texto intitulado "Moreira como Valentim?" em que criticava o facto de Nuno Santos, na qualidade de "assessor de Imprensa" da Câmara Municipal do Porto, proferir intervenções que apenas se justificavam como representante do movimento de Rui Moreira – numa lamentável confusão de funções ao estilo do que se passava em Gondomar. Nuno Santos, que tinha sido

assessor de Valentim Loureiro, ficou enofrado com este meu artigo, tendo mesmo exercido o "direito de resposta" aqui no JN.

Confesso que não lhe dei muita importância, mas agora recordo o assunto quando vejo que o movimento de Rui Moreira editou um comunicado criticando de "populismo" o PS, a CDU e o BE por defenderem que a Câmara Municipal do Porto devia ter tido uma posição pró-ativa no processo de venda, pela Universidade do Porto, do ex-Colégio Almeida Garrett (onde tantas aulas tive durante o curso de Engenharia...).

E aqui tudo bem. A crítica é feita pelo movimento de Rui Moreira e não pela Câmara, havendo uma separação clara de funções. Parece que, afinal, a minha crítica teve efeito, apesar da reação que então motivou a Nuno Santos...

Mas não sou ingénio (nem arrogante)

ao ponto de pensar que a causa fundamental para esta alteração de comportamento foi a minha crítica. O problema é outro e já anda a preocupar os "membros" do movimento de Rui Moreira, tendo dado origem a movimentações no xadrez político local do Porto. É que Rui Moreira, na última Assembleia Municipal, reafirmou, formalmente, que este é o seu último mandato, pelo que em 2021 está fora da corrida. E esta decisão coloca um problema a todos aqueles que corporizam o seu movimento e que, dentro de quatro anos, ficarão "órfãos".

Daí que alguns tentem institucionalizar o movimento, formalizando órgãos de direção e procurando ter atividade para além daquela que é desenvolvida pelos órgãos municipais, procurando, desse modo, ter uma palavra a dizer em 2021. Mas esta posição não agrada a todos, dado que muitos acham que, sem

Rui Moreira, não há movimento de cidadãos eleitores que se (os) salve... Sendo que muitos dos cidadãos que integram este movimento têm origens no PSD, partido que, desde as eleições, lhes tem feito um namoro, procurando o seu regresso a casa.

Enquanto isso, o CDS, que tem tido uma representação de eleitos muito superior à sua força na cidade (refira-se que desde 1993 – ou seja, há quase 25 anos! – o CDS não tem coragem de se apresentar sozinho a eleições autárquicas no Porto), verá para onde deve cair, sendo certo que dará as cambalhotas necessárias para se manter à tona (veja-se como, tendo sido feroz apoiante das políticas de Rio, apoia agora o seu contrário...).

Pelo que se aguardam, com curiosidade, os próximos capítulos deste fim tão antecipadamente anunciado...